

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
CURSO DE PEDAGOGIA

CAMILA MARCILES DO NASCIMENTO

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA
MUNICIPAL EM JOÃO LISBOA/MA SOBRE RAÇA E GÊNERO**

Imperatriz/MA
2023

CAMILA MARCILES DO NASCIMENTO

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA
MUNICIPAL EM JOÃO LISBOA/MA SOBRE RAÇA E GÊNERO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão –
UFMA, Centro de Ciências de Imperatriz – CCIm, para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Witembergue Gomes Zaparoli

Imperatriz/MA
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Marciles do Nascimento, Camila.

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DE UMA
ESCOLA MUNICIPAL EM JOÃO LISBOA/MA SOBRE RAÇA E GÊNERO /
Camila Marciles do Nascimento. - 2023.
52 f.

Orientador(a): Witembergue Gomes Zaparoli.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz/MA, 2023.

1. Anos Iniciais. 2. Gênero. 3. Percepção de
Professoras. 4. Raça. I. Gomes Zaparoli, Witembergue.
II. Título.

CAMILA MARCILES DO NASCIMENTO

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA
MUNICIPAL EM JOÃO LISBOA/MA SOBRE RAÇA E GÊNERO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão –
UFMA, Centro de Ciências de Imperatriz – CCIIm, para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Data da defesa:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Witembergue Gomes Zaparoli (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Me. John Jamerson da Silva Brito (1º examinador)
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura (2º examinador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Imperatriz/MA
2023

*Dedico esse trabalho a minha avó/mãe,
Antônia Santos Marciles, por ser meu espelho
e referência, obrigada por ter acreditado em
mim. Essa conquista é nossa!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização do curso. A minha mãe, Maria Rita Santos Marciles, por todo apoio e a mim mesma, por ter lutado pelo meu sonho até o último momento, foi uma trajetória árdua e solitária.

Mas não posso deixar de citar os meus tios, Eloisa e Francisco, que me deram um teto e me acolheram como filha durante todos esses anos de formação, a vocês a minha eterna gratidão.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica, Guilherme de Castro Brito e Talita Reis que se tornaram grandes amigos, sempre estiveram ao meu lado nos momentos bons e ruins, dando palavras de apoio, incentivo e até mesmo o ombro para chorar, meus sinceros agradecimentos.

É com muita admiração e enorme respeito que venho mostrar toda minha gratidão ao professor John Jamerson, por ter me orientado e ter desempenhado tal função com tanta dedicação, atenção e principalmente paciência com a qual guiaram o meu aprendizado para realização deste trabalho. Como também, a banca examinadora, pela disponibilidade em participar da avaliação do trabalho e todos os professores do curso, por todo conhecimento.

E não menos importante, ao Bennet da Silva Ferreira, que apareceu no final dessa jornada, mas que foi de fundamental importância para o encerramento desse ciclo, me amparou, cuidou, curou e não deixou me desistir.

Está Tudo Bem

*E quando me perguntam se está tudo bem
Eu lembro o quanto está difícil pra poder lutar
E passa um filme aqui das noites sem dormir
Dos choros escondidos que ninguém pode escutar*

*Mas, Pai, Tu sabe das feridas que eu carrego
De alguns confrontos que só Tu assistiu
E ninguém vê as marcas que eu levo
E quando me perguntam, eu respondo assim*

*Eu tô bem
Porque tem um alguém que sempre fica aqui
Quando tudo só piora
É Ele quem me faz resistir.*

Kellen Byanca (2022).

RESUMO

O presente trabalho constitui-se em uma reflexão e problematização sobre as relações de raça e gênero no contexto escolar, em específico nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entende-se que a escola é um lócus de (re)produção social de certos discursos, que por vezes hierarquizam sujeitos por características sociais e também é um dos primeiros espaços de socialização com as diferenças para além do âmbito familiar. Nesse sentido, entende-se que as temáticas raça e gênero em diversos espaços escolares são tomadas como questões delicadas e em alguns momentos não necessárias de serem abordadas. Tendo em vista isso, apresenta-se como questão norteadora da pesquisa: Quais as percepções de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola municipal de João Lisboa/MA sobre as relações de raça e gênero? O objetivo geral consiste em analisar as percepções de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola municipal de João Lisboa/MA sobre as relações de raça e gênero. O campo de pesquisa é uma escola municipal localizada na cidade de João Lisboa/MA, com duas professoras de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, neste trabalho utilizou-se como instrumento metodológico o formulário, com análise das respostas a partir dos estudos de gênero e raça numa perspectiva de educação antirracista e para as diferenças. Após percorrer esse caminho, é possível dizer que a percepção das professoras ainda está imersa em aspectos culturais e sociais que apontam para uma visão mais conservadora de se abordar sobre tais questões nos espaços escolares. As falas indicaram que elas não sentem-se aptas para trabalharem tais temas, mas ao mesmo tempo notam que elas emergem em suas salas de aula. Assim, esse trabalho reflete que a existência desse debate é extremamente necessária nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por mais que ainda haja certa resistência em abordá-los.

Palavras-chave: Gênero, Raça, Anos Iniciais, Percepção de Professoras.

ABSTRACT

The present work constitutes a reflection and problematization on race and gender relations in the school context, specifically in the early years. It is understood that the school is a locus of social (re)production of certain discourses, which sometimes hierarchize subjects based on social characteristics and is also one of the first spaces for socialization with differences beyond the family sphere. In this sense, it is understood that the themes of race and gender in different school spaces are considered delicate issues and at times not necessary to be addressed. With this in mind, the guiding question of this text is: What are the perceptions of teachers at a municipal school in João Lisboa/MA about race and gender relations in the early years? The general objective is to analyze the perceptions of teachers from a municipal school in João Lisboa/MA about race and gender relations in the early years. The research field is a municipal school located in the city of João Lisboa/MA, with two teachers from the initial years of 1st and 2nd year. To this end, in this work the form was used as a methodological instrument, with analysis of responses based on studies of gender and race from the perspective of anti-racist education and differences. After traveling this path, it was possible to problematize that the teachers' perception is still immersed in cultural and social aspects that point to a more conservative view of addressing such issues in school spaces. The statements indicated that they do not feel able to work on such topics, but at the same time they note that they emerge in their classrooms. Thus, this work reflects that the existence of this debate is extremely necessary in the early years, even though there is still some resistance to addressing it.

Keywords: Gender, Race, Early Years, Teachers' Perception.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS-----	11
CAPÍTULO 01 – DO MEMORIAL DE FORMAÇÃO A CHEGADA NA PESQUISA: entre idas e vindas me constituo pedagoga-----	16
CAPÍTULO 02 – BREVES DIÁLOGOS TEÓRICOS SOBRE RAÇA, GÊNERO E EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS-----	24
CAPÍTULO 03 – “NA ESCOLA NÃO É LUGAR DE FICAR FALANDO ISSO NÃO”: a percepção de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre raça e gênero -----	31
3.1 Metodologia da pesquisa-----	31
3.2 - “Tem coisas mais importantes para serem trabalhadas nas escolas” e “não se pode falar sobre o assunto com os alunos”: o que dizem as professoras -----	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	44

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As discussões sobre raça e gênero vêm sendo amplamente debatidas em diversos espaços, e isso não foge à educação. Nos currículos escolares essas temáticas ora estão presentes diretamente, ora indiretamente, a partir das existências plurais e vivências de todos e todas.

Ao longo do curso de Pedagogia vamos perpassando por inúmeras experiências, e algumas delas nos afetam mais que outras, pois conforme Larrosa (2002, p. 21), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Então, eu¹ enquanto aluna e estagiária fui tocada por essas questões e inquietada ao longo do meu processo formativo em perceber momentos e discursos de preconceitos que são atravessados por raça e gênero nas minhas vivências acadêmicas e pessoais.

Então a construção desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é atravessada por esse movimento de inquietude, ao qual fui tocada por meio de algumas experiências, em especial do estágio – irei abordar mais adiante – me direcionando para a construção desse texto a partir de um processo de reflexão sobre o impacto dessas questões na educação.

É nesse âmbito que esse TCC está inspirado, e busca de alguma forma contribuir com os debates sobre raça e gênero nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Sendo assim, tenho como questão norteadora: **Quais as percepções de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola municipal de João Lisboa/MA sobre as relações de raça e gênero?** Essa é a questão que me move para tentar apresentar e problematizar a partir da perspectiva dela relacionada com as minhas experiências.

Como objetivo geral trago **analisar as percepções de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola municipal de João Lisboa/MA sobre as relações de raça e gênero**, sendo os seguintes objetivos específicos meus guias ao longo da construção desse texto: *1. Realizar uma breve análise histórica sobre raça e gênero; 2. Discutir a importância de abordar as relações de raça e gênero nos anos iniciais do Ensino Fundamental; 3. Refletir os discursos de raça e gênero a partir das percepções das professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental.* Esses objetivos me ajudaram a construir o delinear dessa pesquisa.

¹ Peço licença para uma escrita na primeira pessoa do singular em determinados momentos do texto, pois sou atravessada por experiências que me moveram para sua escrita. Em outros momentos escrevo no plural, entendendo também que é um texto construído coletivamente com meu orientador, autores/as e as sujeitas da pesquisa.

O campo de pesquisa é uma escola municipal localizada na cidade de João Lisboa/MA, com duas professoras de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, neste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando métodos qualitativos e como instrumento metodológico o formulário estruturado, com análise das respostas a partir dos estudos de gênero e raça numa perspectiva de educação antirracista e para as diferenças.

Em seu livro IX da obra *Ética a Nicômacos* (1985), Aristóteles afirma que “o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade”. Partindo dessa premissa que os seres humanos são sociais por natureza, percebe-se que o viver em comunidade traz uma série de adversidades inerentes à própria sociedade, de modo que os preconceitos, discriminações e estigmas são introduzidos ao longo das interações e modelos que a criança tem contato durante o seu desenvolvimento, além dos discursos inseridos nos modelos presentes no meio em que vivem.

A escola se apresenta como esse espaço que pode proporcionar sociabilidade, autonomia e interação para as crianças, mas também se torna um *lócus* de reprodução de certas normativas, principalmente a partir de uma lógica de reprodução social no currículo, como aponta Sacristán (2013, p. 31) “o estímulo de reprodução na transmissão cultural que os adultos fazem às gerações de jovens, junto com as tradições escolares disciplinadoras” está presente na educação, e em como os currículos são constituídos.

Nesse prisma, a escola tem o poder e em tese o dever de estimular e desenvolver cada criança para o pleno exercício da vida em comunidade, por isso a importância do debate acerca de raça e gênero desde os anos iniciais, tendo em vista que são temas que acompanham as pessoas antes mesmo do seu nascimento.

O termo gênero está vinculado aos elementos sociais relacionados ao sexo e é utilizado para distinguir socialmente as pessoas, considerando os fatores históricos e culturais relacionados aos homens e mulheres, ou seja, “refere-se a tudo o que foi definido ao longo do tempo e a nossa sociedade espera do papel, função ou comportamento de alguém com base no seu sexo biológico” (Moraes e Medeiros, 2021, on-line).

A pesquisadora Joan Scott (1989, p. 21) aponta que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, então existe uma ideia de lógica relacionada ao biológico. Como se todas as pessoas que nascem com determinada genitália, deveriam seguir o que aquele órgão (pênis ou vulva) indicam socialmente numa ideia de masculino e feminino. Nesse movimento, Scott (1989, p. 21) ainda afirma que “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, então gênero

está presente em todas as relações sociais, na família, escola, igreja e etc, pois é inerente aos seres humanos, e nos constituem. Então não há como fugir disso no espaço educacional, pois está “escrito” nos corpos de todos e todas que ali estão presentes.

Tal como o conceito de gênero, o conceito de raça é uma construção social, usado para explicar a diversidade humana e dividi-la em grupos, que geram uma hierarquização social. Para melhor compreensão desse significado, Guimarães (2008, p. 64) afirma que depende, “se estamos falando em termos científicos ou de uma categoria do mundo real”. Essa palavra ‘raça’ tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia. Dessa maneira, historicamente as raças foram definidas a partir de uma ideia biológica, porém o autor denuncia que isso não tem qualquer respaldo científico, pois a raça é um constructo social que foi utilizada como forma de dominação de um grupo social sobre outro.

Raça e gênero são vistos como categorias analíticas permeadas e forjadas através de construções sociais que transformam diferenças (biológicas e fenotípicas) em desigualdades. Antes de terem cunho científico, do qual conhecemos hoje, tais aspectos foram construídos historicamente sobre o viés da subordinação.

Recentemente, a sociedade brasileira tem vivenciado diversos movimentos de grupos sociais como movimentos feministas, negros e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneras (LGBT+) buscando direitos básicos para a cidadania. O marco legal para garantir direitos no Brasil é a Constituição de 1988, que previu garantias legais para diversos direitos. Entretanto, muitos desses são constantemente ameaçados, questionados, e em sua maioria não são efetivados na prática.

No campo da educação, houve avanços nas legislações contra o preconceito, como é o caso da Lei 10.639/2003 que obriga as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem história e cultura afro-brasileira. Essa implementação é uma das formas de combater o racismo estrutural, e de alguma maneira uma tentativa mais efetiva do Estado para lutar contra o racismo na sociedade, a partir de um movimento de educação mais plural. Entretanto, o mesmo não se efetiva com as questões de gênero. John Brito (2023) em sua pesquisa aponta como o termo “gênero” foi retirado da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, documento oficial que norteia os currículos e as práticas docentes no país, a partir de uma ideia conservadora e uma resistência que visa excluir pessoas que não se enquadrem em um determinado padrão, esperado para o gênero.

Essas questões criaram lacunas entre o que está definido na lei e o que está estabelecido na prática educativa de muitos docentes. Estas lacunas expressam-se fortemente

na dificuldade de transformar ideias, valores e práticas que não são compatíveis com o respeito à diversidade das pessoas e a promoção da inclusão e da igualdade social na educação.

Abordar esse assunto nos anos iniciais do ensino fundamental é extremamente necessário, pois é uma etapa da educação que gera debates por haver muitos tabus por conta de ideologias que perduram por anos, que precisam ser repensadas e (re)construídas. O começo da vida social e escolar se torna uma das etapas mais importantes, por ser o momento de construir outras perspectivas socioculturais, como também um meio de combate aos preconceitos. Falar sobre raça e gênero é necessário para educar os indivíduos para uma sociedade mais igualitária.

Além disso, dá às crianças a oportunidade de conhecerem a si mesmas e as diferentes facetas das pessoas com quem convivem. Posto que a escola é a primeira instituição que os indivíduos têm contato com regras, responsabilidades e passam a interagir com pessoas fora do seu âmbito familiar, portanto, é esperado que no ambiente escolar ensine-se as crianças a aceitar, respeitar e conviver com as diferenças sem qualquer restrição.

A escola desempenha um papel fundamental na disponibilização de conhecimentos que promovam o respeito à diversidade por meio do currículo escolar, que tem a função de fornecer conhecimentos com conteúdos, mas não se limita apenas a isto, é a base da prática pedagógica e é referencial para administração e organização do conhecimento educacional. Por ser um documento normativo que orienta o trabalho dos professores e por definir na sua estrutura os objetivos de aprendizagem e competências para o desenvolvimento dos alunos, deve ser implementado durante o ano letivo e partilhado com toda a comunidade escolar.

Diante do exposto, a presença desses temas nos currículos escolares é crucial. As escolas têm um papel importante a desempenhar na busca da igualdade racial e de gênero, considerando que estes termos são fundados na subordinação e na inferioridade. Infelizmente, mesmo em pleno século XXI, grande parte da população brasileira ainda tem ideias arraigadas e por isso são reproduzidas nas escolas que tentam normatizar e enquadrar as pessoas em padrões sociais, de forma que aquelas que não se encaixam, vivem processos de subalternização.

Nesse sentido, que o meu trabalho está posto, como uma pesquisa de reflexão e problematização de tais questões nos espaços escolares, com foco para os Anos Iniciais. Sendo assim, esse texto está organizado nessa primeira seção como algumas considerações iniciais sobre as temáticas abordadas. No Capítulo 01 irei apresentar o meu percurso

formativo e história de vida, da minha entrada no curso de Pedagogia até o momento da escolha dessa temática como justificativas e atravessamentos que vivenciei.

No Capítulo 02 apresentarei um breve debate teórico sobre as questões de raça e gênero em interface no campo educacional. No Capítulo 03, apresentarei os caminhos que segui até chegar nas professoras sujeitas dessa pesquisa, trazendo suas percepções sobre raça e gênero dialogando com os estudos de gênero para as diferenças e para uma educação antirracista. Por fim, trazer algumas reflexões acerca da pesquisa nas considerações finais.

CAPÍTULO 01 – DO MEMORIAL DE FORMAÇÃO A CHEGADA NA PESQUISA:

entre idas e vindas me constituo pedagoga

O exercício de escrever um memorial sobre minha trajetória de vida me colocando como protagonista da narrativa faz com que memórias e recordações vividas e muitas delas esquecidas sejam despertadas. Ao revisitar o passado me sinto inquieta, pois é preciso superar certos desafios para discorrer sobre minha história em seus diversos contextos.

O memorial de formação é considerado um gênero textual, um texto narrativo autobiográfico em que o autor descreve sua própria vida, procurando apresentar o que considera serem os acontecimentos mais importantes ou interessantes da trajetória de sua vida. É um documento composto por vivências e lembranças, “ao recordar, passamos a refletir sobre como compreendemos nossa própria história e a dos que nos cercam. Vamos nos inscrevendo numa história que não está mais distante e, sim, impregnada das memórias que nos tomam e da qual muitos outros fazem parte” (Prado e Soligo, 2004, p. 6).

Este é, para nós, o processo e a resultante da rememoração com reflexão sobre fatos relatados, oralmente e/ou por escrito, mediante uma narrativa de vida, cuja trama (enredo) faça sentido para o sujeito da narração, com a intenção, desde que haja sempre uma intencionalidade, de clarificar e ressignificar aspectos, dimensões e momentos da própria formação. (Abrahão, 2011, p. 166)

Nesse processo, o narrador, além de protagonista, se torna também o objeto da narração, (Abrahão, 2011) devendo estar consciente que seus relatos são elementos essenciais para compreensão da sua formação, como também um momento formativo, em que ao narrar realiza um movimento de autoformação, clarificando, ressignificando e talvez até mesmo compreendendo novas nuances da sua própria história de vida, a partir de uma nova ótica circunscrita no presente.

Nasci na cidade de Imperatriz do Maranhão, no ano de 2001, cresci na pequena cidade de Buritirana, município com pouco mais de 12 mil habitantes, distante alguns quilômetros da primeira citada, onde se iniciou o meu trajeto de escolarização, que perdurou até a conclusão do ensino médio. Venho de família muito humilde, fui criada por duas mulheres, minha avó Antônia Santos Marciles, viúva, único trabalho que exerceu foi na roça, onde tirou o sustento de toda família e criou cinco filhos e três netos. Minha mãe, Maria Rita Santos Marciles, conseguiu ir à escola, cursou até o 3º ano do ensino fundamental, mas as dificuldades impediram que ela prosseguisse, assim como os irmãos, desde cedo já adquiriu responsabilidades. Por ser a mais velha ajudou a criar seus irmãos, trabalhando na roça e

depois de alguns anos passou a trabalhar como doméstica. Com esse trabalho e com a ajuda da minha avó conseguiu proporcionar o acesso a uma educação de qualidade para mim e para minha irmã.

Mesmo não tendo referência de formação na minha família, minha mãe e minha avó sempre me incentivaram a estudar, apesar de não terem tido a mesma oportunidade. Mas, ainda sim, tive como referência delas a força, determinação e garra, tomei como espelho toda a luta de vida que elas percorreram. Conciliava trabalho durante todo o dia como babá, aula à noite e estudo na madrugada, tudo isso porque almejava uma realidade futura melhor. Da minha família, apenas eu consegui chegar ao nível superior até então.

Essas mulheres que para mim são referências, fazem parte das tantas outras milhares de brasileiras que precisaram “abandonar” seus sonhos e objetivos educativos, pois precisavam gerir e cuidar da família, ademais que não tinham um suporte necessário. Carloto e Mariano (2012, p. 264) apontam que “mães trabalhadoras – casadas ou solteiras – não recebem ajuda suficiente de seus pares ou familiares”, o que provoca uma sobrecarga de responsabilidade, que na maioria das vezes decorre em um trabalho constante, que não permite a elas o acesso à educação, pois precisam estar trabalhando para manter o sustento familiar.

Tenho vagarosas lembranças da educação infantil e muitas delas pouco compreensíveis, recordo da escola que frequentei durante dois anos, Creche Municipal Caminho do Saber, localizada até os dias de hoje no bairro da minha casa na cidade de Buritirana. Recordo-me das brincadeiras no pátio bem grande e gramado com balançador, lembro também das formigas que de vez em quando pegavam alguém. Recordo das atividades pontilhadas para cobrir, da pintura das letras como atividade de casa e da música para formar a fila para o lanche, todas essas lembranças são guardadas com carinho, pois em algum momento da minha infância me alegraram bastante.

No Ensino Fundamental que compreende do 1º ao 9º ano, lembro-me com clareza dos anos iniciais e guardo boas recordações de como ocorreu minha evolução e aprendizagem, a escola onde estudei fica localizada até os dias de hoje no quarteirão da minha casa, lembro com carinho de todas as minhas professoras e a forma como elas ministravam as aulas, uma metodologia muito simples e uma didática recheada de carinho e compreensão, nesse período fui uma criança tímida e de poucas palavras, no entanto, sempre fui muito curiosa e autônoma.

As lembranças dos anos finais do ensino fundamental não são tão satisfatórias como nos anos iniciais em decorrência da não compreensão do que me era ensinado, a escola na

qual passei frequentar desde então tinha uma grande carência de didática de ensino, com exceção da matéria de matemática, ministrada pelo querido professor Franz Lustosa, a forma com que ele ministrava a aula era leve e animada, uma aula que todos participavam.

Pinho e Senna (2019) me ajudam a pensar que existe uma ruptura entre o ensino fundamental, anos iniciais e anos finais, ao qual provoca reflexões importantes, que na maioria das vezes prejudica a adaptação das crianças e estabelece um tipo de “modo de ensino” que não permite um abarcamento das diferenças e singularidades.

[...] nos anos iniciais, os professores que, ao pensarem suas práticas e ao avaliarem as produções de seus alunos, trazem, na maioria das vezes, uma concepção de sujeitos plurais, diversos em suas maneiras de operar seus aparatos mentais. Do outro lado, nos anos finais do referido ciclo, o que prepondera, geralmente, é a concepção de um sujeito escolar universal, descontextualizado culturalmente e atemporal. (Pinho e Senna, 2019, p. 83)

As autoras defendem a ideia de que nos anos iniciais, existe um maior cuidado e atenção para um tipo de sujeito mais plural, que carrega consigo singularidades, enquanto nos anos finais essa ideia é quebrada, e parece que existe um tipo de movimento de padronização das crianças, o que ocasiona nessas sensações de ruptura e extrema dificuldade de adaptação, gerando até mesmo quedas nas notas e problemas biopsicossociais.

Minhas dificuldades dessa época perduraram para o Ensino Médio que é a última etapa da educação básica brasileira, que tem como principal objetivo aprimorar os conhecimentos obtidos pelos estudantes no ensino fundamental, nessa fase a carência era ainda maior, tanto em decorrência da falta de didática, quanto da falta do quadro de professores e professoras das matérias específicas, a escola não possuía uma gestão que tinha interesse com a qualidade da educação, fato que ocasionou a evasão escolar e a migração dos/das estudantes para cidades próximas. Hoje penso que talvez não fosse somente culpa da gestão, mas de todo um sistema de ensino que vem repleto de problemáticas, carregadas por questões culturais e sociais, maiores do que eu poderia compreender naquele momento.

A didática é considerada arte e ciência do ensino, ela não objetiva apenas conhecer por conhecer, mas procura aplicar seus princípios com a finalidade de desenvolver no indivíduo as habilidades cognitivas para torná-los críticos e reflexivos. É dever do professor garantir uma relação didática entre ensino e aprendizagem, tendo em mente a formação individual da personalidade do aluno. Por meio da aula o docente organiza esse processo de ensino e transmite aos alunos o conhecimento adquirido durante seu processo de formação. (Silva, Santos, Batista e Souza, 2014, on-line.)

A didática torna-se importante no processo de ensino e aprendizagem, ao passo que existe uma pluralidade na formação e constituição de cada pessoa, que ocasiona em diferentes

formas de nos formarmos e de vermos e entendermos o mundo. E ao padronizar e generalizar isso, algumas pessoas conseguem aprender facilmente, outras com mais dificuldades e algumas não conseguem acompanhar, em meio a uma metodologia ou metodologias que não levem em consideração isso tudo.

Entretanto, mesmo diante de tantos percalços, meu processo de escolarização procedeu de forma moderada e não tive um baixo desempenho. Nesse período, não posso deixar de realçar o muito que aprendi com o querido e majestoso professor Edmar da disciplina de matemática, que sempre esteve disposto a ajudar quem tinha interesse em aprender, foi ele que me incentivou a realizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e também fez minha inscrição na primeira tentativa que até então era como “treineira”, pois ainda estava no 1º ano. Depois então sempre se disponibilizou a ajudar, tanto com palavras de apoio, informações sobre vestibulares, como também com materiais para estudo. Um fato extremamente relevante e inesquecível, que me marcou.

Dominicé (2010) aponta sobre a importância de pessoas que fazem parte das nossas narrativas, pois de alguma maneira elas nos atravessaram e nos modificaram, marcando de forma positiva ou negativa nossas histórias de vida. Nesse caso, fui atravessada por vários professores que me incentivaram e me ajudaram, até mesmo “segurando em minha mão” e me guiando nesse processo de vida, que é a educação, me permitindo chegar até o presente momento.

Em plena adolescência, com inúmeras dúvidas quanto ao futuro, sempre tive bastante interesse na área de humanas, apesar de não ter uma ideia clara do que seria a Universidade, me sentia atraída pelo esplendor dessa área. A escolha pelo curso de Pedagogia se deu em decorrência de ter dado aula de reforço por alguns meses e da afinidade que tenho com crianças, que influenciaram minha escolha. Então fiz vestibular e fui aprovada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no ano de 2019 com 18 anos.

Junto com a aprovação, veio uma reviravolta total na minha vida, cheia de desafios financeiros, mudança de cidade (o curso ocorre na cidade de Imperatriz/MA, distante 68 km de Buritirana), novas pessoas, enfim, um turbilhão de coisas acontecendo ao mesmo tempo, mas tudo aquilo me encantava e meus olhos deslumbrava com tudo que estava acontecendo. Meu sonho estava se realizando e tudo isso superou os muitos obstáculos. Os primeiros meses de adaptações foram com muitas dificuldades em decorrência do deslocamento de uma cidade para outra, passei a morar na cidade de João Lisboa/MA (distante 12,4km de Imperatriz) como hóspede na casa dos meus tios,

Passar no vestibular em uma universidade pode dar a sensação de missão cumprida para muitos estudantes. Porém, para grande parte dos alunos de baixa renda, conquistar uma vaga na universidade é apenas o primeiro passo, o maior problema desses estudantes, não está na aprendizagem, mas na dificuldade de se manter na faculdade com os gastos que surgem logo ao iniciar a carreira universitária, sendo necessário que eles pratiquem outras atividades para arcar com gastos que surgem como compras de livros, transporte, alimentação e também moradia. (Da Glória Soares, 1970, p. 126)

Adentrar em uma universidade é muito difícil, mas manter-se nela tornasse também um grande desafio, principalmente para nós estudantes que moramos em outras cidades, que não possuem faculdades ou campus, e precisamos as vezes nos deslocar diariamente, percorrendo por horas o caminho, ou precisando de fato mudar. Esse movimento de mudança, ora é positivo e benéfico, e ora negativo, pois está carregado de implicações emocionais e na maioria dos casos financeiras. Levando em consideração que uma grande parte dos e das estudantes de Pedagogia, são estudantes trabalhadores e trabalhadoras, que precisam manter seus empregos, na maior parte não ligados à educação, como forma de sobrevivência isso torna ainda mais difícil o processo de estudos.

Na instituição em si, também me deparei com algumas dificuldades, pois era outra forma de aprender uma nova metodologia de ensino (aulas mais dinâmicas, com leituras densas e reflexivas que me abriram novos horizontes), passei a pensar que não iria acompanhar o que me era proposto, mas aos poucos as dificuldades foram se amenizando, encontrei pessoas, fiz amizades e fomos nos ajudando. Logo em seguida, me inscrevi no programa Foco Acadêmico², onde permaneci por um ano. Por meio deste, a instituição oferece aos alunos experiências em projetos no âmbito de ensino e extensão. Participar desse programa contribuiu consideravelmente com a minha formação acadêmica, onde pude desenvolver a escrita, a oratória e pude me integrar mais à instituição.

As experiências que tive no decorrer desses anos contribuíram para que eu tivesse certeza que estava trilhando o caminho certo e a universidade está sendo uma fase de descobertas, propiciando vivências e encontros a novas culturas, novas pessoas e novos modos de vida, oportunizando a quebra de paradigmas e preconceitos estruturais que carregava, mostrando um olhar mais humano para a realidade ao meu redor e contribuindo com meu desenvolvimento pessoal. Ingressar na faculdade foi e está sendo sem dúvida um dos momentos mais ricos da minha vida.

² O programa tem como “propósito de ampliar o significado da assistência estudantil e de possibilitar aos estudantes experiências com atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo com o fortalecimento da formação acadêmico profissional” (UFMA, 2023, on-line).

No segundo período comecei a fazer estágio remunerado (na etapa da educação infantil), por uma empresa terceirizada que recrutava estudantes para estagiar nas suas respectivas áreas na rede municipal de ensino de Imperatriz, onde permaneci por dois anos em uma creche, ao qual tive contato com sala de aula e secretaria, uma oportunidade importante ainda no início do curso, pois através da prática pude me situar sobre como é a realidade da profissão que escolhi para vida.

O estágio é parte fundamental do desenvolvimento profissional de todos os acadêmicos em Pedagogia no processo de formação, pois o mesmo proporciona ao graduando o primeiro contato com a prática pedagógica, seguindo os conhecimentos teóricos adquiridos na sua formação. (Marques, 2018, p. 1)

A prática de exercer o estágio é o momento de reflexão crítica das particularidades que compõem o ambiente profissional, observando e analisando o contexto social e estrutural da área de atuação, investigando e se necessário colaborar com o âmbito institucional de forma concisa. Tem por finalidade proporcionar a formação prática, oportunizando o desenvolvimento de habilidades e aptidões de atuação profissional, um momento de construção de um perfil habilitado para lidar com as realidades de vida e trabalho vinculadas à sua área de formação.

A gestão da escola adotava um ambiente totalmente religioso, onde os princípios da religião da diretora eram inseridos no cotidiano escolar, não dando espaço para diversidade cultural, a exemplo, algumas datas comemorativas da cultura brasileira, como o carnaval e festa junina, não eram trabalhadas com as crianças. No entanto, a BNCC expressa que nenhuma crença deve ser tratada como privilegiada (Brasil, 2018). Abordar a diversidade cultural com crianças no ambiente escolar é fundamental, pois proporciona a elas oportunidade de conhecerem a si mesmas e as diferentes facetas das pessoas com quem convivem, além de proporcionar a valorização cultural de outros povos, respeitando as diferenças do outro.

Essas questões iam me inquietando, pois ao mesmo tempo que vim de um ensino semelhante, a partir da minha experiência na UFMA, e das minhas vivências, fui entendendo que aquilo não era o adequado, que as diferenças e diversidades deveriam não somente ser respeitadas, mas incluídas no espaço escolar, tendo em vista a pluralidade de pessoas existentes.

Em seguida, após o encerramento do contrato, passei a estagiar em outra instituição, desta vez em uma escola privada, com um cenário oposto ao anterior, em um segmento

diferente, sendo ele os anos iniciais do ensino fundamental, onde permaneci por quase dois anos também.

Nesse período, obtive algumas percepções que influenciaram para escolha do tema da minha monografia, como a forma que era trabalhado o dia da consciência negra, que, na verdade, era apenas um cenário para tirar fotos e nada mais, as professoras não tinham embasamento nenhum para abordar o tema. Outro fator relevante foi a questão da separação de meninas e meninos nas filas e nas brincadeiras, o tema gênero não era abordado de forma alguma em sala de aula, pois a professora da sala em questão considera que existem apenas dois gêneros e casais compostos somente por homem e mulher, e que tais assuntos não deveriam ser tratados na escola.

Nascimento e Oliveira (2021) nomeiam como “pedagogia do evento”, esses atos de realizar apenas discussões especificamente sobre racismo, na época da consciência negra, no mês de novembro, fazendo parte de uma ideia de obrigatoriedade para figurar apenas nos registros, como se nas demais épocas do ano, o racismo não existisse, ou mesmo a exaltação da cultura afro-brasileira não fosse necessária de ser abordada.

Essas situações foram me inquietando, ao qual eu via dadas situações ocorrendo, e sentia a necessidade de intervir, mas ao mesmo tempo tinha o sentimento de impotência, por não ser a professora titular. Larrosa (2002, p. 27), aponta que “o saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna”. Essas questões me encarnavam, elas me doíam na pele, de alguma maneira fui atravessada, por entender que não era aquilo, que a educação deveria ser realizada de outra maneira. Mas quero deixar claro também, que apesar de ter esse entendimento, percebo que vivemos em uma sociedade construída a partir de normativas que vão nos constituindo, e aquela professora faz parte disso, e talvez não tenha sido “tocada” por tais questões, e isso para ela, não era motivo de afetamento para trabalhar, pois minha intenção aqui não é simplesmente culpa-la.

Dados momentos me chamaram atenção e me deixaram afetadas, diante de algumas falas direcionadas a alguns alunos, que por muitas vezes foram constrangidos na frente dos colegas pela forma que eles andavam e falavam, a exemplo, “anda direito menino, isso é jeito de homem andar, olha te ajeita” e “fala direito menino, quem fala com dengo é mulher, você já rapaz tem que falar é grosso”. Em relação às meninas, presenciei uma situação em específico, de uma menina ser chamada a atenção no recreio por brincar com os meninos, “ei, vai brincar com as meninas, deixa de ser macheira”.

Brito (2020) em sua pesquisa apontou como o currículo enquanto dispositivo “vivo” vem produzindo formas de controle e diferenciação entre meninas e meninos, ao passo que é

constituído por meio de normativas e controles que vão assujeitando e definindo o que é de menino ou de menina, e como tais devem ou não agir em diferentes espaços. A escola então torna-se um lócus de forte produção de diferenças, enquadrando e normatizando aqueles e aquelas que fogem a essa lógica.

Todas essas situações, e após uma aula na disciplina de Educação e Diversidade Cultural do curso de Pedagogia, onde foi abordada sobre as questões de gênero em intersecção com raça, fui percebendo que essas temáticas iam me inquietando cada vez mais, e dessa forma meu desejo e minha necessidade de pesquisar emergiu, e de alguma maneira tentar entender ou contribuir para modificar essas situações na escola, decorrendo então nesse trabalho de conclusão com essas temáticas, que fazem parte da minha experiência de vida atravessada pelos meus processos formativos.

CAPÍTULO 02 – BREVES DIÁLOGOS TEÓRICOS SOBRE RAÇA, GÊNERO E EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS

O significado do termo raça está estreitamente ligado ao ato de categorizar, que inicialmente se deu entre plantas e animais. Somente no século XVI passou-se a fazer referência a seres humanos, não sendo mais relacionado ao seu sentido biológico. Sua história faz referência a história da constituição política e econômica da sociedade. Nesse sentido, o uso do conceito raça no século XX foi de caráter político, que surgiu para explicar as características físicas de uma pessoa (Munanga, 2003) e ao mesmo tempo utilizado como justificativa para uma hierarquização social e dominação de um determinado grupo sobre outro.

No Brasil, a desigualdade é perene e persistente “tratar das relações entre brancos e negros na sociedade brasileira remete à discussão de como as diferenças e assimetrias entre os mesmos foram construídas desde o período da escravidão” (Euclides, 2017, p. 14). Nos dias de hoje ainda sim, é notável a existência de traços e vestígios dessa época, no que tange às desigualdades sociais, que abrange a esfera econômica, social e principalmente no campo da educação e das oportunidades, às pessoas pretas ou pardas são as que mais passam por tais adversidades.

Munanga (2003, p. 08) denuncia que o “racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas”. No Brasil o mito da democracia racial (uma ideia que afirma que todos e todas são iguais, independente das suas etnias e raças) por muito tempo atrasou o debate sobre o racismo, e na realidade continuou a reforçar essa ideia de superioridade ou inferioridade a partir do biológico. Somente através de muita luta, e movimentação é que essas ideias começaram a ser questionadas, e as raças começaram a ser entendidas como construções sociais.

[...]é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, nativa, de raça. Dito ainda de outra maneira: a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico. Ou seja, as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica. (Guimarães, 2008, p. 65)

A raça então é entendida como uma construção social, que ao longo dos séculos foi utilizada para justificar formas de opressão e inferiorização de pessoas pela simples cor da

pele ou características físicas de suas existências. Entretanto, essas justificativas não são aceitáveis, pois entende-se que isso faz parte de um processo de construção identitária, a partir de uma ideia de dominação e colonização feita por determinados povos em relação a outros que advém de um processo desde a colonização, que imbrica nos marcadores sociais de raça e gênero (Brito, 2023).

Assim, como o termo raça, o termo gênero é resultante de debates políticos e também, teóricos. As primeiras discussões acerca do conceito de gênero teve início na década de 1960 através do movimento feminista, que na primeira onda lutou pelo direito ao voto, a mulher poder ser eleita, possuir trabalho remunerado e educação. Na segunda onda, onde reivindicaram pelo direito de serem unicamente responsáveis pelo seu corpo, por seu prazer e contra a subordinação da mulher perante o homem. Essas duas ondas tiveram o intuito de rejeitar a ultrapassada visão de que o gênero de um indivíduo seria definido no momento do nascimento, tendo em vista que esse conceito arcaico foi responsável por desigualdades e preconceitos históricos entre homens e mulheres, pois o homem era visto sempre como superior em relação a mulher, seja em aspectos físicos e até mesmo em aspectos cognitivos.

Essa visão acerca de gênero foi responsável inclusive por atribuir capacidades e aptidões a cada indivíduo de acordo com o seu sexo biológico, de modo que aos homens eram atribuídos serviços fora do âmbito domiciliar, geralmente relacionados ao uso da força, enquanto as mulheres eram definidas trabalhos de cunho familiar, como cuidar da casa e das crianças, portanto, limitando as capacidades individuais apenas pela questão biológica, deixando de lado os aspectos sociais e culturais de cada um.

“Ao se falar em “questão de gênero”, por exemplo, faz-se referência às atividades culturalmente atribuídas às mulheres – como cuidar da casa e dos filhos – e aos homens – como sustentar financeiramente a família. As teorias feministas explicam que essas ideias são construídas com base nos costumes, não nas capacidades biológicas. Afinal, um homem não é fisicamente incapaz de limpar a casa e nem uma mulher é fisicamente incapaz de trabalhar como engenheira e sustentar financeiramente sua família. (Morais, 2018, on-line)

Essas divisões binárias de gêneros, entre masculino e feminino, macho e fêmea, estão inscritas em uma lógica social, ao qual estabelece espaços, coisas, formas de ser, estar e agir que são condizentes com homens e com mulheres, mais que isso, que estabelecem como tais devem se comportar. Brito (2020, p. 24) denuncia que “[...] os papéis do ser homem e ser mulher são definidos unicamente pelos corpos expressos, definidos pelas normas de gênero. Dessa forma, é decidido aquilo que devemos gostar, usar, as cores certas, erradas, as roupas”.

Ante o exposto, ao falarmos sobre gênero em uma perspectiva crítica e de abarcamento das diferenças, é importante reconhecer que existem mais do que apenas dois gêneros (masculino e feminino). E que essas construções fazem parte de uma normatização e lógica pautada unicamente na genitália e no sexo biológico. Os termos sexo e gênero estão intimamente inter-relacionados, no entanto, não possuem a mesma finalidade. O sexo condiz a uma ideia biológica, que pode ser masculino, feminino, intersexual (foge a essa lógica binária).

Caio Benevides Pedra (2019, p. 114, destaques do original), traz uma visão de como a sociedade entende esse conceito “a sociedade divide as pessoas em ‘fêmea/mulher’ e ‘macho/homem’, partindo da análise de suas genitálias no nascimento, enquadrando-as em padrões binários e desconsiderando aquelas pessoas que nascem fora desses padrões”.

Já o gênero refere-se ao modo que a pessoa se identifica, podendo nascer biologicamente com genitália masculina e se identificar e performar características femininas, ou seja, o gênero refere-se a “forma como cada pessoa se apresenta para o mundo, e isso é o resultado da combinação de vários aspectos, como suas roupas, seu comportamento, seu corte de cabelo, seu corpo, seu nome, sua voz” (Pedra, 2019, p. 65). Portanto, o conceito de gênero está ligado a construções sociais, não a características naturais.

Bruno Carrasco (2017, online) afirma que:

O que entendemos por homem e por mulher nos tempos atuais é diferente do modo como era o homem e a mulher em tempos passados. Por ser uma construção, não há um modelo único de ser homem ou de ser mulher, mas eles se transformam de acordo com o espaço e o período histórico. Existem diversos modelos do que possa ser homem e do que possa ser mulher que não são definidos pelo sexo biológico, mas pela relação histórica e cultural entre as pessoas.

Dessa forma, é necessário entender que os papéis de gênero vão se transformando dependendo de dado histórico momento, e de dada sociedade, isso ocorre por ser uma construção social e cultural. Nos últimos tempos algumas identidades de gênero que historicamente foram silenciadas e colocadas como subalternas vem emergindo, e essas pessoas vem buscando novas formas de serem e estarem no mundo, em busca de direitos básicos para existência. Destarte a isso, a diversidade de gênero é plural, pois não existe um padrão de como uma pessoa deve ser e sim maneiras de se sentir bem, sendo o que quiser ser da forma que se identifica.

Em uma sociedade com tantas desigualdades, as minorias (no sentido político) muitas vezes enfrentam situações de opressão e repressão nos ambientes escolares. Mesmo com os

avanços das leis que garantem a igualdade como previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos nos artigos 6º e 7º:

Art. 6º. Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. Art. 7º. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (ONU, 1948)

Fato esse que é oriundo dos preconceitos construídos culturalmente, que ainda determinam, expressam atitudes e ações consciente ou inconscientemente de mecanismos de julgamento que excluem seres humanos com base em características individuais, indo contra os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil da Constituição Federal de 1988, conjunto de normas que representam as leis fundamentais que organizam e regem o sistema do país.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

O artigo 3º da Constituição Federal é um importante dispositivo jurídico que serve de guia para todas as políticas públicas e as ações governamentais estabelecidas no Brasil, pois é esse dispositivo que determina os objetivos fundamentais que a República Federativa do Brasil almeja alcançar, ele traz valores de justiça social e equidade, além de direcionar o Estado para a promoção de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais, de modo a garantir o bem-estar de todos.

Essas questões ocorrem, pois, a educação é forjada e constituída a partir de um currículo que não é construído e estabelecido ao acaso, mas faz parte de uma ideia e uma lógica de reprodução de dada sociedade que almeja um padrão de pessoa, uma formação que visa enquadrar e normatizar as pessoas em dada ideia, como se ela fosse única.

Apesar dos avanços alcançados pelos movimentos sociais negros, não raro nos deparamos com “casos mais diversos relacionados à discriminação, ao preconceito ou mesmo à negação dos direitos dos afrodescendentes” (Euclides, 2017, p. 14). Como expressa a

reportagem do G1³, no que se refere ao acesso de negros nas escolas, que cresceu consideravelmente na última década, no entanto, o ensino da cultura e história afro-brasileira ainda é um desafio. Índices educacionais apresentados mostram ainda através dos dados no recorte por pretos e pardos se comparados aos brancos que as diferenças raciais ainda são constantes, nas categorias de evasão, anos de estudo, reprovação e analfabetismo. Tudo isso é reflexo dos anos de escravidão e subalternização.

Sabemos que a educação no Brasil é um direito constitucional garantido a todos e todas, na teoria, mas sua efetivação na prática é bem diferente, ao qual o acesso por vezes é dificultado por questões sociais que fogem a essa ideia de direito. Mas para as crianças negras do país, ainda há desafios particulares que precisam ser enfrentados, e apenas a mudança no ensino pode melhorar a autoestima dos alunos e alunas e a identificação com a escola, além de ser necessário um trabalho não somente para que elas acessem a escola, mas para que permaneçam nesses espaços.

As questões de gênero também estão nesse invólucro, pois, as pessoas que fogem ao que é considerado “normal” ou padrão também vem sofrendo, seja por repressões nos espaços escolares, *bullying*, violências que chegam até mesmo a agressões físicas, seja por não se sentirem parte da escola.

Brito (2023) através do seu estudo, problematizou como pessoas LGBTIA+ vivenciam suas trajetórias escolares apontando momentos de violência, de não identificação de si nos espaços escolares e nos currículos, pois de alguma maneira a escola parece ser um não lugar para as pessoas que não se enquadram em determinada norma, dentro dessa ideia binária de gênero.

É importante destacar que durante a infância os indivíduos começam a moldar sua identidade enquanto sujeito social, por isso, também é papel do professor e professora ajudar a criança nesse processo de descoberta e de formação de sua identidade de gênero e identidade sexual, pois sabe-se que a forma como a pessoa se identifica e se apresenta ao mundo, não é algo pronto, preestabelecido, a identidade de um indivíduo vai se construindo e se moldando a partir de experiências que ele tem ao longo da vida.

O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade —

³ Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/20/acesso-de-negros-a-escolas-cresceu-na-ultima-decada-mas-ensino-da-cultura-e-historia-afro-brasileira-ainda-e-desafio.ghtml>. Acesso em 03 dez. 2023.

que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (Louro, 1997, p. 9)

Outro ponto de extrema relevância e poucas vezes tratada da forma como deveria é a desconstrução e pluralização do conceito de gênero, pois na maioria das vezes quando se discute a respeito de gênero e sexualidade, o senso comum já forma um pensamento dicotômico e polarizado entre o gênero masculino e feminino, como algo preestabelecido e imutável.

Trazendo para o campo dos anos iniciais, segue-se aquela velha lógica de que o menino brinca com bola e carrinho e a menina pula corda e brinca de boneca, e o que acontece com aquelas crianças que rompem a barreira do senso comum? O menino não pode brincar de pular corda? A menina não pode jogar bola?

As questões relacionadas ao gênero não estão inclusas no currículo oficial e formal, o que acaba resultando em uma consideração muito limitada durante os processos de formação profissional. Dessa forma, aquilo que é tido como conceito de gênero está ligado à compreensão popular do que é considerado masculino e feminino, ou ainda, referente ao sexo e à sexualidade. Nesse sentido, torna-se essencial o investimento em educação continuada, pois permite aprofundar a compreensão sobre o assunto, capacitando assim o professor para promover diálogos e integrá-lo à prática pedagógica.

É por causa desse tipo de problemática que é tão importante o debate e o processo de desconstrução do conceito de gênero desde os anos iniciais, tendo em vista que essa dicotomia entre masculino e feminino não é algo exclusivo da sociedade adulta, são questões que devem ser trabalhadas desde a infância, pois cada indivíduo vivencia, e forma feminilidades e masculinidades diferentes uns dos outros.

Assim, como a discussão sobre gênero, é necessário investir na conscientização das novas gerações desde a infância com objetivo de prevenir a reprodução de estereótipos raciais e para erradicar as práticas discriminatórias e racistas. A família e a escola são alguns dos principais agentes responsáveis para que as relações étnico-raciais sejam introduzidas no cotidiano e na aprendizagem dos pequenos e pequenas de forma adequada, ajudando-os a compreender a complexidade do racismo, e da mesma maneira não só evitando, mas o combatendo também, em um processo de educação antirracista.

A escola tem o papel fundamental de formar e desenvolver em cada estudante durante todo o processo de ensino os valores básicos para o pleno exercício da vida em sociedade, trabalhando os aspectos culturais, sociais e cognitivos, dessa forma, percebe-se a relevância

de se debater sobre as temáticas de raça e gênero desde os anos iniciais, aspectos de extrema importância para o desenvolvimento social do indivíduo.

Apesar de serem temas de amplo debate nas salas e corredores das universidades e até mesmo durante o ensino médio e, com um certo cuidado, durante o ensino dos anos finais, ainda são tópicos considerados “tabus” para os docentes do ensino dos anos iniciais, gerando uma certa lacuna no processo de desenvolvimento social do indivíduo, pois são temas que tanto os professores e professoras, quanto pais, mães e responsáveis ainda têm certo receio de trabalhar com as crianças.

A educação então tornasse um importante dispositivo, ao qual não somente as relações entre raça e gênero podem ser problematizadas a partir de uma ideia de problemática, mas de locus de desconstrução, de transgressão, ao qual as pessoas que estão ali podem se tornar agentes de transformação e reflexão dos modos como a sociedade vem operando, no que tange ao racismo e as questões de gênero.

CAPÍTULO 03 – “NA ESCOLA NÃO É LUGAR DE FICAR FALANDO ISSO NÃO”:

a percepção de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre raça e gênero

O trabalho docente, principalmente daqueles e daquelas docentes que estão na educação básica é extremamente necessário para tentarmos problematizar como as questões de raça e gênero vem emergindo nas escolas. Essas percepções podem nos permitir de alguma maneira entender como as relações hierárquicas e excludentes vem se estabelecendo. Sendo assim, esse capítulo apresentará o processo ocorrido, quais os caminhos e metodologias foram escolhidos, e algumas reflexões acerca dos achados a partir das percepções das professoras.

3.1 Metodologia da pesquisa

Destaco que o lócus de escolha para o campo de pesquisa é a cidade de João Lisboa/MA. Isso justifica-se por ser a cidade onde resido atualmente, e fazer parte da minha trajetória formativa ao longo do curso de pedagogia. O estudo foi realizado de acordo com as normas regulamentadoras de pesquisa com seres humanos nos termos da Resolução nº 466/12, e com a Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde, ao qual foram apresentados os documentos necessários, como o Ofício gerado pela instituição de ensino (UFMA), Termo de autorização (Modelo segue como Apêndice I) assinado pela direção da escola e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (modelo segue como apêndice II), assinado pelas professoras autorizando o uso das suas respostas e participação na pesquisa.

A escola em questão fica localizada em um bairro urbano da cidade. Oferece uma estrutura confortável para os/as estudantes, a infraestrutura inclui alimentação, internet, purificação de água, banda larga e coleta regular de lixo. A instalação dispõe de espaços físicos amplos e bem equipados, incluindo cinco salas de aula, sala de conferências, gabinete de professores, cozinha, secretaria, dois banheiros, auditório, pátio coberto, espaços verdes, parque infantil, biblioteca, parque infantil, sala de leitura, refeitório, pátio descoberto. Essas informações foram coletadas pelo Censo Escolar, e também por minha observação, ao visitar a escola para aplicar o formulário com as professoras.

Há aulas pela manhã e à tarde. A escola tem uma demanda significativa de estudantes, com matrícula média de 175 alunos/as, e relatos da diretora durante a visita indicam que a maioria dos estudantes são da região e de comunidades vizinhas, desfavorecidos socioeconomicamente. A escola também atende muitos estudantes com deficiência. Esse destaque sobre estudantes com necessidades educacionais especiais, se faz necessário a partir

das falas de uma das professoras que destacam a presença e necessidade de um trabalho mais direcionado com esses estudantes.

Os estudantes em sua maioria, independente das condições econômicas, apresentam um baixo índice de aprendizado, uma vez que estão vindo de uma pós-pandemia na qual foram obrigados a se afastar do âmbito educacional por um longo tempo (essa reflexão parte de conversas com a diretora e as professoras). O afastamento da escola pode significar a interrupção do processo de aprendizagem, principalmente para crianças em situação de fragilidade, que não tem acesso à internet, não tem auxílio dos responsáveis, pois grande parte não chegou a concluir nem o ensino fundamental, além dos problemas emocionais e socioeconômicos. Para esses alunos, a escola aderiu a um programa que oferece aula de reforço que funciona no contraturno do ensino regular. Essa reflexão faz parte de uma de minhas conversas com a diretora, que apontou sentir isso no desenvolvimento da aprendizagem dos/as estudantes.

O trabalho de Brito e Moura (2021) aponta para esse processo de dificuldade das crianças, e das próprias famílias durante esse período pandêmico, inferindo fortes efeitos no desenvolvimento da aprendizagem, e gerando muitas problemáticas e inquietações para a escola e todos e todas que dela participam. Pois o movimento de aulas remotas trouxe alguns benefícios, como uma maior apropriação das tecnologias por parte docente, gerou uma autonomia dos/as estudantes, entretanto, provocou um distanciamento maior entre as pessoas, e para aqueles/as que tinham dificuldade de acompanhar as aulas, houve uma queda brusca na aprendizagem, em casos onde não haviam aparelhos suficientes na casa, ou mesmo não estavam disponíveis no horário de aula.

Meu contato com a escola se deu inicialmente por meio de uma conversa informal com a diretora por telefone, foi feita uma breve apresentação do objetivo da pesquisa, já de início ela concordou e marcamos uma data e horário para realizar a entrevista com as professoras. A própria gestora fez o intermédio com elas. Penso que talvez isso, também possa ter deixado as professoras mais suscetíveis a aceitarem participar da pesquisa, e ao mesmo tempo sentirem um maior receio nas suas respostas.

Após a mediação da gestora e marcação de visita à escola, os objetivos da pesquisa foram discutidos e apresentados pessoalmente, juntamente com o termo de autorização e formulário. Foram convidadas duas professoras que atuam no 1º e 2º ano do ensino fundamental (anos iniciais) da escola. A escolha desse recorte se dá pela minha experiência enquanto estagiária nessa etapa de ensino, que me marcou e trouxe inquietações sobre como as questões de raça e gênero vêm sendo abordadas nesse ciclo.

Esse contato com as professoras aconteceu de forma presencial na escola, obtivemos uma breve conversa sobre a pesquisa, me coloquei à disposição para sanar dúvidas. Foi dada algumas opções de procedência da entrevista, e foi preferido pelas professoras que respondessem oralmente as perguntas, já naquele momento.

As duas professoras aceitaram participar da pesquisa e assinaram o TCLE. Elas preferiram não serem identificadas com seus nomes reais. Foi solicitada que indicassem qual nome gostariam, mas elas preferiram deixar a meu critério. No próximo subtópico apresentarei elas.

A escolha da metodologia surgiu pelo desejo de compreender/problematizar as percepções dos professores sobre raça e gênero após experiências observadas durante o estágio. No início do estudo realizei uma pesquisa bibliográfica, para então partir para a pesquisa de campo utilizando métodos qualitativos, a fim de buscar informações diretamente com os sujeitos do estudo, pois exige um contato mais direto do pesquisador para que as informações necessárias possam ser coletadas.

Andrade (2009, p. 133) aponta que “evidentemente, os instrumentos de uma pesquisa são exclusivos dela, pois atendem às necessidades daquele caso particular. A cada pesquisa que se pretende realizar procede-se à construção dos instrumentos adequados”. Sendo assim, o instrumento aqui escolhido leva em consideração o próprio campo da pesquisa, e a forma como as sujeitas me acolheram. Sua escolha se deu a partir desse movimento de conversa prévia com elas.

A escolha do formulário como instrumento de pesquisa se justifica pela sua possibilidade de rápidas respostas, clareza e objetividade das perguntas, de forma que as pessoas que respondem a ele consigam de maneira concisa, pontuar e refletir sobre o que está sendo questionado. Destaco que anteriormente a ideia era realizar uma entrevista semiestruturada mais aprofundada, mas por conta das questões que já apresentei anteriormente, não foi possível, e assim o formulário foi a melhor alternativa para a realização da pesquisa.

Conforme Oliveira *et.al.* (2016, p. 10), o formulário é o “nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa”. Portanto, eu enquanto pesquisadora, realizei os questionamentos face a face com as professoras, levando em conta a disponibilidade das mesmas. Apesar de ser o instrumento que consegui utilizar na pesquisa com elas, e ter suas vantagens, ele também apresenta desvantagens, que de alguma forma podem prejudicar as respostas das pessoas que respondem a ele.

Algumas das desvantagens de utilizar-se do formulário, apontadas por Oliveira *et.al.* (2016, p. 10) são:

- a) Menos liberdade nas respostas, em virtude da presença do entrevistador.
- b) Risco de distorções, pela influência do aplicador.
- c) Menos prazo para responder às perguntas; não havendo tempo para pensar, elas podem ser invalidadas.
- d) Mais demorado, por ser aplicado a uma pessoa de cada vez.
- e) Insegurança das respostas, por falta do anonimato.

Ao realizar a aplicação com elas, eu senti isso que os autores apontaram. Quando citado o tema da pesquisa, foi perceptível um certo desconforto ao falar dessas temáticas, para elas, demonstrou ser um assunto delicado e difícil de se falar. Diante de algumas perguntas ficaram bastante pensativas. E a maioria das respostas foram curtas e objetivas. Talvez até pelo desconhecimento que elas tinham em relação a mim, já que havia pouco tempo que as conhecia. Além disso, a própria aplicação acontecer no espaço escolar, pode ter provocado um processo de contenção por parte delas, em suas respostas. Entretanto, a partir do que elas me apresentaram, e das possibilidades que elas demonstraram, essa foi a metodologia e opção que consegui efetivar a pesquisa.

3.2 - “Tem coisas mais importantes para serem trabalhadas nas escolas” e “não se pode falar sobre o assunto com os alunos”: o que dizem as professoras

As professoras sujeitas dessa pesquisa, conforme assinatura do TCLE, concordaram com a pesquisa, mas preferiram não utilizar seus nomes reais. Dessa forma, irei utilizar apenas a indicação dos anos em que elas atuam, de maneira a preservar o anonimato e respeitar a escolha e decisão delas.

A Professora do 1º ano, cursou primeiramente magistério e logo após Pedagogia, exerce a profissão há 14 anos, com atuação de 2 anos na educação infantil e 12 anos nos anos iniciais. Ela se considera do sexo feminino, e sobre sua raça ela diz “Não sei bem, mas acho que é parda” (Professora do 1º ano, 2023).

A professora 2º ano, tem formação em magistério e em Pedagogia, atua há 21 anos, sendo sempre na Educação Infantil, com atuação pelas outras etapas de ensino em outros períodos curtos. Ela se considera do gênero feminino, e sobre sua raça, afirma que é “negra, mas tenho sangue de índio” (Professora do 2º ano, 2023).

Percebe-se que ao apontarem sobre suas raças, elas trazem respostas interessantes. A Professora do 1º ano aponta que “acha” que é parda. Isso ocorre por um movimento que vem sendo problematizado nos últimos anos acerca da construção da negritude, onde muitas

pessoas tinham/tem o medo de assumir sua identidade negra/preta, por conta de todo o estigma e preconceito que ao fazerem isso, podem sofrer. Dessa forma, muitas pessoas optam por se afirmarem como “pardas”, como uma defesa (Munanga, 2003).

Já a Professora do 2º ano afirma que é negra, mas tem sangue de índio. Esse, “mas” em sua fala, nos permite problematizar que ela talvez tenha uma compreensão que as duas identidades não se associam. Isso ocorre também por uma lógica social/cultural, que vem demarcando o que podemos ou não ser, além de mais uma vez reforçar um estigma acerca da construção da raça e da etnia, enquanto espaços de subalternização (Munanga, 2003).

Para análise das falas das professoras, irei separar por perguntas, dialogando e comparando o que cada uma delas falou, para trazer uma reflexão com os autores e autoras que pesquisam sobre raça e gênero, problematizando suas percepções a partir do campo educacional, da presença ou ausência dessas temáticas e mais propriamente do trabalho delas na escola em diálogo aos estudos de gênero e da educação antirracista.

Após as perguntas de identificação e características delas, apresento a partir da pergunta 07, que traz em seu enunciado: **7 - O que você entende por gênero?** As duas trouxeram as seguintes respostas: *“Não sei dizer bem, acho que eu tinha que ter estudado antes para falar mais sobre o assunto.”*⁴ (Professora do 1º ano, 2023) e *“Já digo logo, sou evangélica, eu acredito que só existem dois tipos de gêneros, o homem e a mulher, como diz na bíblia”* (Professora do 2º ano, 2023).

A professora do 1º ano apresenta uma opinião de que não consegue falar sobre, pois entende que precisaria ter estudado. Talvez essa sua colocação faça parte de uma ideia que vem se propagando nos últimos anos, em que “gênero” vem sendo visto e tido como algo complexo, e em dados discursos algo ruim, como se não fosse parte de nós, e como se fosse necessária uma preparação para que se pudesse falar sobre isso (Brito, 2023), sendo que é algo que faz parte de nossa constituição antes mesmo de nascermos.

Já a professora do 2º ano foi bem enfática, e já apresentou um discurso religioso para justificar que acredita somente em dois gêneros. Eu, enquanto pesquisadora, não havia afirmado ou orientado nada para ela que deixasse expresso que acredito ou não em mais de um gênero, entretanto, essa foi a primeira fala dela. Pode estar ligado ao que Moraes (2018, on-line) aponta sobre a ideologia de gênero, uma ideia que se propagou erroneamente acerca da construção dos gêneros, e que nos últimos anos vem se reafirmando como uma ideia para

⁴ As falas das professoras serão apresentadas em itálico para diferenciar e destacar no texto.

que tais questões não seja abordada nas escolas, e se tornem apenas assuntos de responsabilidade familiar.

Brito (2020) em sua pesquisa indica uma ideia social de construção binária dos gêneros e sexos, ao qual socialmente foi estabelecido como Macho/Fêmea, Masculino/Feminino. Entretanto, é necessário problematizar essa lógica, a partir da ideia de que o gênero é uma construção social, conforme Scott (1989) aponta. Portanto, o gênero não pode ser somente visto nessa perspectiva binária, mas em uma ideia de pluralidade e diversidade, que permite um escape a essa dicotomia.

Ao realizar a pergunta **8 - O que você entende por raça?** Obtive as seguintes respostas: *“Acho que é sobre a cor das pessoas e suas origens.”* (Professora do 1º ano, 2023) e *“Não sei te dizer direito, mas eu acho que remete ao preconceito pela cor da pessoa, mas é algo que as pessoas se acostumam.”* (Professora do 2º ano, 2023).

O que se percebe de início é que as duas professoras não se sentiram seguras para responder a referida pergunta, mostrando-se confusas nas suas respostas, ao usarem o termo “acho”. Diante das respostas uma fala em específico me chamou a atenção da Professora do 2º ano, pelo fato de que ela remete ao preconceito, ao mesmo tempo que afirma que as pessoas se acostumam, será que as pessoas realmente se acostumam? e os movimentos negros que lutam contra discriminação racial? Nota-se que não é algo que as pessoas se acostumam, esses movimentos vieram para falar ao mundo que não se “acostumaram” com essa sociedade que exclui e alimenta a desigualdade. Almeida (2018) diz que esse tipo de concepção advém do racismo estrutural, que mesmo diante de normas que prescrevam a igualdade ainda permeia na sociedade.

Munanga (2003) nos ajuda a entender a dificuldade das professoras em conceituar tal termo. Durante muito tempo o conceito de raça esteve ligado a características físicas e biológicas, que de alguma forma tentaram justificar uma subalternização da população negra. Porém, através das problematizações ocorridas principalmente através de teóricos e teóricas antirracistas, houve um movimento de desconstrução em tal conceito, ao qual hoje talvez possua outras nuances que transgridam a essas noções, e perpassem construções sociais e culturais. Esse processo complexo de desconstrução talvez tenha algo haver com essa dificuldade das professoras em abordar sobre tal termo, também levando em conta toda construção social e cultural entorno do conceito de raça.

Ao lançar a pergunta **9 - Você considera importante abordar as questões de raça e gênero na escola?** As professoras expressaram espanto ao ouvir a pergunta, mas responderam da seguinte forma:

Não gosto muito de falar sobre gênero, pois é algo difícil de lidar, pois eu já percebo o jeitinho de algumas crianças, eu até chamo a atenção, mas tem criança que já nasce com aquilo. Mas eu não tenho preconceito com quem é não. (Professora do 1º ano, 2023)

Percebe-se pela fala da professora do 1º ano que existe um certo tabu em abordar sobre gênero, quando ela expõe que “*é algo difícil de lidar*”, seu conceito sobre o termo remete diretamente a orientação sexual, fazendo referência a homossexualidade, ao falar, “*tem criança que já nasce com aquilo*”. Pedra (2019) traz a visão de que a sociedade divide as pessoas de acordo com seu órgão genital, homem/mulher, rejeitando aquelas que nascem fora dos padrões estabelecidos, estipulando que determinados comportamentos são exclusivamente de meninas e outros apenas de meninos. Tal visão se expressa na frase: “*percebo o jeitinho de algumas crianças*”. Levando para o lado da socialização no momento do brincar, uma menina decide jogar bola com os meninos, por exemplo, e acaba sendo repreendida, como a atitude da professora “*eu até chamo a atenção*”. O que vai acontecer com essa criança? ela vai ficar de canto? apenas porque foi determinado que apenas os meninos podem brincar de bola. A lógica do binarismo, novamente está presente na fala dela.

Louro (1997) em sua obra, aponta para uma dificuldade das escolas e de docentes em lidar com tais questões, pois existe uma construção social acerca do que é de menino, e o que é de menina, sendo as formas de ser, estar, agir, vestir-se, brincar a todo instante vigiadas, e por vezes punidas, quando não se enquadram mais nessa lógica. Já a professora do 2º ano responde:

Não acho interessante, só se acontecer algum caso de preconceito, mas não no cotidiano, pois trabalhar esses assuntos na idade deles é muito cedo. Eu sei que isso acontece por aí, mas na escola não é lugar de ficar falando isso não. E tem coisas mais importantes para serem trabalhadas nas escolas. (Professora do 2º ano, 2023)

A escola é tida como lócus de formação para vida em cidadania e para o combate ao preconceito e discriminação, é necessário que tais temas sejam abordados desde a infância, para que atitudes não sejam reproduzidas fora e dentro do âmbito escolar. No entanto, a professora do 2º ano considera que existem temáticas mais importantes a serem trabalhadas e que não é necessário abordar as temáticas em questão nos anos iniciais, a menos que aconteça alguma situação de preconceito. Mas não seria mais interessante conscientizar as crianças antes de acontecer?

A fala das duas professoras nos permitem perceber que elas focaram na palavra gênero, em suas respostas, deixando de lado a questão da raça. Os espaços escolares em

especial os currículos vêm apresentando-se como lócus de produção e reprodução de diferenças, que excluem, silenciam e normatizam pessoas, corpos acerca das questões de gênero, principalmente, mas também de raça (Brito, 2023).

Louro (1997) afirma que a escola vem separando meninos e meninas através de mecanismos de classificação e hierarquização, por meio da produção de filas, brincadeiras, formas de avaliação distintas, entre outros. Essas estratégias seguem a essa lógica binária, em que se entende como algo “natural” essas divisões, como de meninos e meninas. Porém, o que provoca também esses reforços, são aquelas crianças que fogem a essa lógica, que não se enquadram no que é esperado para elas. Como uma das falas das professoras sinalizou, a criança apresenta “trejeitos”, ou seja, o menino tem características de ser e agir que remetem a uma feminilidade, e para aquela professora isso o já enquadra em uma lógica feminina, ou seja, a criança então é gay, e isso é ruim, errado e deve ser corrigido.

Diante dessas percepções, foi questionado às professoras **10 - Você percebe as questões de raça e gênero na escola? Como?** A resposta da professora foi curta, depois de uma longa pausa pensando: *“Não percebo, só trabalho o livro de história mesmo”*. (Professora do 1º ano, 2023) Com essa resposta à pergunta não foi respondida, ora por não entender a pergunta, ora por não saber responder. Mas ficou evidente que só é falado sobre raça quando acontece de haver algum assunto no livro de história, como expressa na frase: *“só trabalho o livro de história mesmo”*. Disciplina essa que sempre foi lembrada pelo tema da escravidão negra africana. Aparentemente a escola juntamente com as professoras não tem uma iniciativa de estar abordando a importância da cultura negra, como é expresso na lei 10.639/03, que trata do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, tratando apenas da história de modo geral. Já sobre o gênero, existe essa ideia de que a mesma não está presente na sala de aula, e se não está presente, não preciso trabalhar.

Sacristán (2013) em seus escritos, me ajuda a pensar que o currículo então é utilizado como um dispositivo de reprodução, que seleciona os conteúdos de forma intencional, inclusive aqueles que não estão presentes nas escolas, fazem parte de uma escolha, que visa uma intenção de formação social de um determinado sujeito. Sendo assim, a professora segue apenas aquilo que está presente no currículo formal, aqui representado pelo livro didático.

A professora do 2º ano responde: *“Não percebo na minha sala de aula, pois são crianças e tudo é só na brincadeira”*. Enfatizando mais uma vez que com criança não aborda as questões de raça e gênero. O que se percebe é que a professora já possui uma opinião formada e aparentemente imutável. Além disso, mais uma vez entra a lógica de que crianças

não tem gênero ou sexualidade, como se isso fosse surgir somente posteriormente, sendo que na realidade elas são atravessadas a todo instante por isso.

A fala das duas professoras nos direcionam para o que Louro (1997) e Brito (2023) refletem, como uma falta de preparação da escola em lidar com tais temáticas, mas ao mesmo tempo, como uma opção de não se abordar sobre elas. Pois assim, as mesmas deixariam de existir. Entretanto, o que se problematiza aqui é que são marcadores e características inerentes aos seres humanos, que estão presentes a todo instante, e não há como “se livrar” disso ao adentrar na escola.

As professoras podem afirmar em suas falas que as questões de raça e gênero não estão presentes no cotidiano, mas o que fica evidente é que tais questões não só se apresentam, como emergem. Seja nas práticas cotidianas, como nas divisões, brincadeiras, ou na própria existência no espaço escolar, como a maior presença de crianças negras, ou não, com o que um menino pode ou não fazer, ou a mesma questão para as meninas.

Indo ainda nessa perspectiva temos a pergunta **11 - Você aborda as questões de raça e gênero na sua prática pedagógica? Como?** A Professora do 1º ano responde:

Só é trabalhado a questão de raça uma vez por ano, em palestra e na disciplina de história, mas nunca na linguagem brasileira, sempre distorcendo. Sobre gênero, não é trabalho e não se pode falar sobre o assunto com os alunos, porque os pais vão achar que estamos induzindo as crianças para essas coisas. (Professora do 1º ano, 2023)

Como já mencionado, a professora aborda sobre raça apenas na disciplina de história e uma vez por ano por meio de palestra, mas não especificou em qual momento, o que nos remete ao dia nacional da consciência negra. Visto que muitas instituições brasileiras abordam sobre raça apenas nesta data, em um único dia. No entanto, não é suficiente para garantia da igualdade racial, é primordial que faça parte dos conteúdos dos professores e que estejam em pauta ao longo do ano, como exemplo, resgatar a autoestima do/a aluno/a negro/a e abordar as contribuições da cultura afro-brasileira para a formação da nossa sociedade. Visto que o preconceito é silencioso e se apresenta de várias formas, entre elas, nas atitudes racistas que são naturalizadas, que acontece por meio de uma piada ou por um “apelido” relacionado a cor.

O trabalho de Nascimento e Oliveira (2021) expressam isso, ao nomearam esse movimento de “pedagogia do evento” como algo que a grande maioria das escolas só realizam quando existe a necessidade de um evento, como é o caso da Consciência Negra, no mês de novembro. As autoras afirmam que por conta da lei de obrigatoriedade do ensino de

história e cultura afro-brasileira, esses espaços escolares sentem essa obrigação, somente nessa data. Porém, o que a pesquisa apontou, é que existe uma necessidade de tais temáticas serem abordadas ao longo do ano, e não somente nesses momentos, pois cria-se uma ideia de folclorização e distanciamento dessa temática, tendo em vista que ela está presente cotidianamente, marcada na presença de todos e todas no espaço escolar.

Com relação ao gênero, a professora expressou que não aborda a temática na sua prática pedagógica, trazendo a justificativa de que os pais possam não concordar, por achar que a professora está induzindo “*as crianças para essas coisas*”. (Professora do 1º ano, 2023) Nesse sentido, Carpes (2016) aponta que a temática gênero apesar de estar presente no dia-a-dia da sociedade, ainda sim, é definida como um “problema” por parte de pessoas que não compreendem o quanto é importante estas temáticas no nosso cotidiano, o que torna a temática conflituosa e por muitas vezes negligenciada.

Louro (1997, p. 67, destaque do original) afirma que “o processo de ‘fabricação’ dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível”, ou seja, o que a autora nos sinaliza, é que por mais que as professoras afirmem não trabalharem com tais temáticas, elas os realizam no cotidiano escolar, a partir das divisões de filas, das repressões verbais sobre comportamentos, entre outras ações que são naturalizadas, e para quem está agindo ou observando, as vezes não compreendem sobre tal ótica.

Sobre essa pergunta ainda, a Professora do 2º ano responde:

Não, já tem tanta coisa que tenho que trabalhar. Nos é sugerido apenas trabalhar o livro de história, tem até um livro específico parece que o nome dele é “Afro”, alguma coisa nesse sentido, mas quase não uso ele, não acho interessante trabalhar com ele. (Professora do 2º ano, 2023)

A professora afirma que não aborda as questões de raça e gênero na sua prática pedagógica, com a justificativa que já tem muito conteúdo a ser trabalhado, mesmo a escola “sugerindo”. Vê-se que a entidade responsável pela educação do município teve a iniciativa de disponibilizar o livro didático que trata do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana de acordo com que a lei prevê, no entanto, assim como a professora do 1º ano, a professora do 2º também não aborda a temática, pois sua percepção é que não é interessante trabalhar com o livro didático disponibilizado. No entanto, Santana, Silva, Lage (2018) ressalta a importância de repensar e refletir sobre as ações desenvolvidas no espaço escolar visto que os métodos tradicionais que durante muito tempo foram tidos enquanto inquestionáveis, já não conseguem responder aos anseios que emergem nesse novo século.

Mesmo não abordando sobre raça e gênero na sua prática pedagógica, a professora do 1º ano reconhece que acontecem práticas preconceituosas no ambiente escolar. Ao responder à pergunta **12. Quais ações e/ou atividades você percebe atualmente como práticas preconceituosas sobre raça e gênero no espaço escolar?**

Percebo bastante preconceito por conta do jeito de algumas crianças, já presenciei algumas crianças chamando o colega de “viadinho”, “tu que ser é boiola”. Acredito que isso parte dos pais, porque as crianças reproduzem o que vêem os pais falando. (Professora do 1º ano, 2023, meus destaques)

Outro ponto importante de se destacar na fala da professora do 1º ano é quando ela menciona que “*as crianças reproduzem o que vêem os pais falando*”, citando a incumbência dos pais na educação da criança, indo de encontro com o que Carpes (2016, p. 10) expressa, quando diz que “as crianças geralmente emanam a cultura vivenciada por suas famílias, amigos e sociedade, na qual muitas vezes relacionam com brinquedos, brincadeiras, cores, personagens infantis e profissões que devem ser de determinados a cada sexo”. Portanto, a família, assim como a escola, desempenha um papel importante na construção dos saberes, tendo em vista que as crianças refletem os comportamentos socioculturais no núcleo familiar.

O mesmo acontece com a professora do 2º ano, pois acredita que não se deve trabalhar sobre o assunto com crianças, mas tem ciência que o preconceito é real ao afirmar que, “*Na minha sala de aula não percebo tanto, mas acontece verbalmente por meio de xingamentos, geralmente no recreio, mas não participo do recreio com eles*”. (Professora do 2º ano, 2023). Diante das respostas, percebe-se que as práticas preconceituosas acontecem desde a infância, de forma verbal, através de xingamentos e ofensas.

Na pergunta **13. Como você acredita que as temáticas de raça e gênero na escola devam ser trabalhadas?** A professora do 1º ano responde: “*Acredito que a questão de gênero deve ser mais abordada, pois todos são seres humanos*”. (Professora do 1º ano, 2023) de início já é possível verificar que a pergunta não foi respondida, mas a mesma expressa que considera importante ser abordado as questões de gênero no contexto escolar. É essencial que estas reflexões sobre a questão sejam inclusas na sala de aula através de um programa de desenvolvimento profissional, para que os professores compreendam a importância do assunto. Como mencionado, a docente ainda não possui conhecimentos teóricos sobre o tema, o que provavelmente se deve à ausência de um programa de formação contínua. Esse fato pode estar relacionado também ao tabu que envolve a questão.

Diante desta pergunta, a professora do 2º ano ainda permanece com seu pensamento de que não se deve abordar sobre raça e gênero nos anos iniciais, pois considera que existem temáticas mais importantes a serem trabalhadas, cita como exemplo as crianças com necessidades especiais. Mas, expressou que “talvez” seja necessário abordar o assunto no ensino médio.

Talvez por meio de palestras, mas essas coisas tem que ser falada mais no ensino médio, tem coisas mais importantes para serem trabalhadas, como por exemplo a questão de crianças com necessidades especiais, que vem aumentando muito os casos, aqui na escola mesmo, já tem alguns casos.
(Professora do 2º ano, 2023)

Por último, foi questionado sobre a formação docente, **14. Você considera que sua formação docente lhe preparou para abordar sobre as temáticas de raça e gênero na educação? Se sim, conte sobre. Se não, relate como você percebe isso em sua prática docente.** A professora 1º e 2º ano responderam, “Não, pois na época que iniciei a faculdade não se falava tanto das questões nas escolas como nos dias de hoje”. (Professora do 1º ano, 2023) e “Não, a escola não foca nessas coisas. Nosso foco é nas crianças com deficiência, que é mais preocupante”. (Professora do 2º ano, 2023).

As professoras foram enfáticas ao afirmar que não obtiveram uma formação acadêmica que as preparasse para abordar sobre raça e gênero. A professora do 1º ano acredita que esse fato se deu, pois, no período da sua formação as temáticas não eram tema debatido nas escolas. A pesquisa de Brito (2023) também reforça isso, ao apontar que os cursos de graduação, em especial Pedagogia, não ofertam disciplinas de forma obrigatória sobre tais temáticas, impedindo que tais temáticas façam parte do processo formativo dos futuros/as professores/as.

Já a professora do 2º ano considera que não obteve formação que tratasse das temáticas citadas pois não são temas que as escolas abordam. Diante disso, emerge a importância da formação continuada dos/as professores/as, para que os conteúdos trabalhados possam estar alinhados com a realidade do contexto escolar vigente, visto que “o contexto escolar é composto por diferentes sujeitos, cujas identidades são diversas em aspectos étnico-raciais, de gênero, dentre outros. (Sousa, Galindo, Barbosa, 2022, p. 2)

Santana, Silva, Lage (2018, p. 6) salientam que “o espaço escolar como uma instituição reprodutora de ideologias e de valores sociais na sociedade moderna, a mesma pode ser transformadora ou opressora”. Nesse sentido, emerge para uma formação continuada pautada na perspectiva dos direitos humanos, associada aos valores democráticos, para que a

prática docente possa voltar-se para discussões daqueles que foram silenciados historicamente, e deixe de ser apenas um espaço de silenciamento e exclusão, para se tornar um espaço de acolhimento e transgressão/transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho evidencia-se a importância da presença das temáticas de raça e gênero nos anos iniciais, principalmente levando em consideração que as mesmas vêm emergindo fortemente por demandas dos próprios estudantes, e da sociedade de maneira geral, que vem avançando nos debates sobre tais questões.

Com o intuito de conhecer mais a temática e ampliar o debate, buscou-se entender o conceito de raça e gênero a partir da historicidade dos termos. Diante da análise, foi possível compreender que não são termos criados ao acaso, a pesquisa mostrou que houve toda uma construção histórica por trás dessas duas palavras que atualmente são usadas de forma equivocada e sem a devida problematização.

A priori, o conceito de raça estava mais ligado ao ato de categorizar sendo usado para explicar a diversidade humana e dividi-la em grupos, o que ocasionou uma hierarquização social com base em características biológicas. Entretanto, a partir do século XX percebe-se que o termo passa a ter um caráter mais político e humanizado, indo além das características físicas, de modo a abranger também, todos os aspectos culturais e construções sociais de determinada sociedade e/ou indivíduo, passando a considerar mais o aspecto identitário do que o biológico.

As primeiras discussões acerca do conceito de gênero tiveram início na década de 1960, através do movimento feminista, com o intuito de rejeitar a ultrapassada visão de que o gênero de um indivíduo seria definido no momento do nascimento, de acordo com suas genitálias, pois essa visão ultrapassada era responsável por determinar o estilo de vida que uma pessoa teria que seguir unicamente pelo sexo que nasceu. Contudo, ao longo da pesquisa percebe-se que o termo gênero vai muito além disso, refere-se ao modo como a pessoa se identifica, podendo nascer biologicamente com genitália masculina e se identificar e se comportar com características definidas como femininas, portanto, o conceito de gênero está ligado a construções sociais, não a características naturais.

A escola é o primeiro contato da criança com a vida em sociedade, pois antes disso, o único modelo que ela tem como certo e verdadeiro é o que se apresenta para ela no âmbito familiar. Desse modo, o trabalho docente, principalmente daqueles e daquelas docentes que estão na educação básica é extremamente necessário para problematizar como as questões de raça e gênero vêm emergindo nas escolas.

Portanto, o começo da vida social e escolar se torna uma das etapas mais importantes para se discutir esses temas, por ser o momento de construir outras perspectivas

socioculturais, como também um meio de combate aos preconceitos. Falar sobre raça e gênero é necessário para educar os indivíduos para uma sociedade mais justa e igualitária, dessa forma, é esperado que no ambiente escolar as crianças sejam ensinadas a aceitar, respeitar e conviver com as diferenças sem qualquer restrição.

A questão quais as percepções de professoras de uma escola municipal de João Lisboa/MA sobre as relações de raça e gênero nos anos iniciais?, que me moveu até aqui, de fato foi respondida, ao percebermos que as professoras em dados momentos entendem como não necessário o trabalho com tais temáticas, mas ao mesmo tempo entendem a necessidade de se abordar sobre isso nas escolas. Talvez a relutância seja em partes por conta da formação social das mesmas, como uma delas indicou ser evangélica e haver resistência. Apesar disso, o que nota-se é que tais temáticas são extremamente importantes de se estarem nos anos iniciais, e as falas delas corroboram com essa ideia, mesmo que elas não percebam que podem estar reforçando ou até em dados momentos desconstruindo ideias de raça e gênero nas suas práticas cotidianas.

A partir da análise das falas das professoras, foi possível verificar que existe uma relutância ao tratar das questões de raça e gênero, as temáticas certamente não tiveram presente na formação acadêmica das educadoras, ou não de maneira eficiente para ser incorporadas à prática pedagógica, visto que as falas apontam para um despreparo em trabalhar esses conceitos em sala de aula. Suas falas expressam ainda que suas opiniões estão pautadas em crenças e ideologias enraizadas. Uma forma de mudar esse cenário é a formação continuada, que decerto pode agregar para uma nova perspectiva para o fazer docente. Dessa forma, é possível possibilitar a quebra do ciclo de negação dessas manifestações, proporcionando a criação de uma nova abordagem no modo de pensar e agir no cotidiano escolar.

A pesquisa que aqui desenvolvi, certamente não consegue problematizar tudo sobre raça e gênero nos anos iniciais, mas contribui com indícios de que emerge a abordagem na educação, apesar de muitas vezes não acontecer, seja por receio ou por medo, como indicado em algumas falas das professoras. As discussões problematizadas até aqui não se encerram definitivamente, outras questões futuras podem surgir, o lócus da presente pesquisa foi voltado para uma escola em específico, mas que ao olhar para essa realidade podemos problematizar outras realidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena. Memoriais de formação: a (re)significação das imagens-lembranças/recordações-referências para pedagoga em formação. **Educação (PUCRS. Impresso)**, v. 1, p. 165-172, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8708>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 nov.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRITO, John Jamerson da Silva. **“CADA UM É O QUE QUISE, CADA UM É O QUE QUER”**: narrativas de crianças sobre gêneros e sexualidades numa súplica à possibilidade de um currículo *queer*. 90f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2020.
- BRITO, John Jamerson da Silva. **Nossa presença incomoda!? A (re)produção dos currículos na formação/experiência de sujeitos/docentes LGBTQIA+**. 2023. 192 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas- PPGFOPRED) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.
- BRITO, John Jamerson da Silva; MOURA, Jônata Ferreira de. Aulas remotas na pandemia: o Whatsapp como ferramenta no ensino em Davinópolis/MA. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 400–416, 2021. DOI: 10.26843/v14.n2.2021.1130.p400-416. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1130>. Acesso em: 23 out. 2023.
- CARLOTO, Cássia Maria.; MARIANO, Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 258–272, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/12337>. Acesso em: 20 out. 2023.
- CARPES, Hellen Monique. **GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Florianópolis: 2016.
- CARRASCO, Bruno. **O que é diversidade de gênero?** Disponível em: <<https://www.existo.com/2017/10/diversidade-de-genero.html>>. Acesso em: 23 out. 2023.
- DA GLÓRIA SOARES, Luzia. Desafios dos alunos de classes menos favorecidas para ingressar e permanecer na universidade. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 2, n. 4, 1970.

DOMINICÉ, Pierre. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 83-95 (Coleção Pesquisa (auto)biográfica ∞ Educação. Clássicos das histórias de vida).

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas**. 2017. 254f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017.

GUIMARÃES, Antonio. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In O. Pinho & L. Sansone (Orgs.), **Raça - novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA. 2008. p. 63-82.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petropolis: Vozes, 1997. p. 14 -36.

MARQUES, Angela Maria. A importância do estágio nos anos iniciais para a formação docente: uma pesquisa realizada na universidade estadual de alagoas. **Anais VII ENALIC...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51255>>. Acesso em: 23/10/2023.

MORAES, Isabela; MEDEIROS, Leticia. **Gênero: você entende o que significa?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero/>. Acesso em: 11 out. 2023.

MORAIS, Pâmela. **Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela?**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em: 18 out. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA, Jose Clovis Pereira De et al.. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. **Anais III CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/21719>. Acesso em: 22 out. 2023.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva de; NASCIMENTO, Leticia Abilio. “Pedagogia do evento”: o dia da consciência negra no contexto escolar. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 135-158, jun. 2021. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/74239>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 19 jul. 2023.

PINHO, Dina Maria Vieira. SENNA, Luiz Antonio Gomes. A transição entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental por uma transição sem rupturas. **Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 74-86, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/19060>. Acesso em: 20 out. 2023.

PRADO, Guilherme do Val Toledo Prado; SOLIGO, Rosaura Angélica. **Memorial de Formação - Quando as Memórias Narram a História da Formação**. Campinas: Sitta Gráfica e Editora, 2004 (Memorial: Memórias - Professores partilhando suas histórias).

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre, Penso, 2013. p. 17-37.

SANTANA, J. D. L.; SILVA, M. A.; LAGE, A. C. **Gênero e Diversidade na Formação de Professores/as: Caminhos para uma Educação em Direitos Humanos**. In: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, 2018, Rio Grande. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, Maria de Fátima Ferreira.; SANTOS, Elieide Pereira; BATISTA, Isleide Carvalho; SOUZA, Mayane Leite da Silva. **Processo didático educativo: Uma Análise reflexiva sobre o processo de Ensino e a Aprendizagem**. webartigos, São Paulo-SP, 2014. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/processo-didatico-educativo-analise-reflexiva-sobre-processo-ensino-aprendizagem.htm>. Acesso em: 15 out. 2023.

UFMA. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMA**. 2023. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/pagina_estatica.jsf?id=942. Acesso em: 20 out. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE I – MODELO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO****UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE PEDAGOGIA****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA**

Eu, _____, Secretário Municipal de Educação de João Lisboa/MA, declaro que fui informado dos objetivos do projeto de pesquisa intitulado “**A percepção de docentes sobre raça e gênero nos anos iniciais de João Lisboa/MA**”, de autoria de **Camila Marciles do Nascimento**, discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, sob orientação do Professor Dr. Witembergue Gomes Zaparoli, dando-lhe consentimento para realizar a pesquisa na rede municipal de educação. Declaro também, que não recebi qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

João Lisboa/MA, _____ de _____ de 2023.

Diretora

APÊNDICE II – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE PEDAGOGIA**

Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE

Prezado/a docente,

Sou **Camila Marciles do Nascimento**, graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Estou realizando uma pesquisa de monografia intitulada **A percepção de docentes sobre raça e gênero nos anos iniciais de João Lisboa/MA** sob orientação do professor da UFMA, Witembergue Gomes Zaparoli, cujo objetivo é analisar as percepções de docentes do município de João Lisboa/MA sobre as relações de raça e gênero nos anos iniciais.

Sua participação consiste em **conceder e permitir a utilização da sua entrevista (seja ela gravada, escrita, ou enviada por áudio via WhatsApp)**. Todos os dados dessa pesquisa serão trabalhados dentro do texto de conclusão de curso da pesquisadora responsável, e publicados apenas em congressos e anais de eventos acadêmicos, sempre respeitando o anonimato quando solicitado, ou trabalhando na maior integridade e cuidado possível se for de sua preferência o uso do seu nome.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos possibilidade de constrangimento ao responder a entrevista; desconforto; medo; Vergonha; Estresse; Quebra de sigilo; Cansaço ao responder às perguntas; e Quebra de anonimato. Em caso de algum problema que você possa ter relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada por meio da pesquisadora responsável, através de acompanhamento especializado seja psicológico ou social.

A participação nessa pesquisa é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Essa pesquisa não ocasionará nenhum ônus financeiramente.

Os registros ficarão guardados sob responsabilidade da pesquisadora por um período de cinco anos, após este prazo eles serão destruídos, respeitando os princípios éticos contidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que envolve pesquisa com seres humanos. Na publicação dos resultados desta pesquisa, a sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE PEDAGOGIA**

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Camila Marciles do Nascimento, através do número do telefone (99) 98491-1450 e do e-mail camila.mn@discente.ufma.br.

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar. Diante das informações acima expostas, declaro que fui orientado (a) quanto ao teor da pesquisa e após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado/a, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade.

Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

João Lisboa/MA, ____ de _____ de 2023.

Assinatura ou digital do/a docente

**Camila Marciles do Nascimento
Pesquisadora responsável
Graduanda em Pedagogia/UFMA
Matrícula: 2019028494**

APÊNDICE III – FORMULÁRIO DA PESQUISA REALIZADO COM AS PROFESSORAS



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE PEDAGOGIA**

QUESTIONÁRIO – PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) EM PEDAGOGIA/UFMA

Olá, querida/o docente, você aceitou participar da presente pesquisa com título provisório “*A percepção de docentes sobre raça e gênero nos anos iniciais de Buritirana/MA*”. Nesse sentido, lhe convido a responder as seguintes perguntas.

1. Você aceita usar seu nome real na pesquisa? Se não, qual nome fictício deseja usar?
2. Qual é a sua formação acadêmica?
3. Há quanto tempo você atua como professor (a)?
4. Quais etapas da educação você já trabalhou e por quanto tempo?
5. Qual seu gênero?
6. Com qual raça você se identifica?
7. O que você entende por gênero?
8. O que você entende por raça?
9. Você considera importante abordar as questões de raça e gênero na escola?
10. Você percebe as questões de raça e gênero na escola? Como ?
11. Você aborda as questões de raça e gênero na sua prática pedagógica? Como?
12. Quais ações e/ou atividades você percebe atualmente como práticas preconceituosas sobre raça e gênero no espaço escolar?
13. Como você acredita que as temáticas de raça e gênero na escola devam ser trabalhadas?
14. Você considera que sua formação docente lhe preparou para abordar sobre as temáticas de raça e gênero na educação? Se sim, conte sobre. Se não, relate como você percebe isso em sua prática docente.

Obrigada por participar da pesquisa!

*Camila Marciles do Nascimento
Graduanda em Pedagogia/UFMA.*